

16 de Novembro 2005

Governo das Sociedades - Estaremos no bom caminho?

Ao contrário de algumas posições optimistas que foram divulgadas durante os últimos dias, nem tudo vai bem em Portugal em matéria de Governo das Sociedades.

A recente divulgação da “Análise do Cumprimento das Recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedades em 2004” veio demonstrar que ainda existe um afastamento significativo entre o que a CMVM entende serem as boas práticas, e que constam das suas Recomendações, e a sua adopção pelas sociedades cotadas.

De facto, das nove Recomendações existentes ao tempo do estudo da CMVM, a própria CMVM reconhece que, não obstante a melhoria face aos anos anteriores, “deve notar-se o baixo cumprimento das recomendações sobre o governo das sociedades: 43% das sociedades cotadas cumprem apenas metade ou menos de metade das recomendações propostas e apenas 41% das sociedades cumprem sete ou mais recomendações.”

Não obstante esta fraca adesão às Recomendações, a CMVM aprovou recentemente um novo pacote regulamentar, contendo novas Recomendações e fazendo constar dos Regulamentos novas obrigações.

Estará este aumento da regulação em consonância com os desejos das empresas e necessidades do mercado? Será que o caminho para a adopção das boas práticas estará na via do aumento da regulação legal (modelo Americano), ou estará na via de auto-regulação através da adopção de Códigos de Conduta (modelo Europeu)? Ou estará a solução no equilíbrio entre a regulação e a flexibilidade?

Quem acompanhou os recentes debates relativos ao Corporate Governance constatou a diversidade de argumentos e posições a favor e contra cada um dos referidos modelos.

O problema só se resolverá, e resolver-se-á em definitivo, quando forem as próprias empresas a reconhecer, por si e não porque as regras lhes são impostas, as virtualidades da adopção das boas práticas em matéria de Governo das Sociedades. É esse, hoje, o desafio que a todos se coloca, incluindo à própria CMVM: consciencializar as empresas que a adopção de boas práticas, e dentro destas aquelas que melhor se adequam a cada empresa em concreto, é vital para a sua eficiência, competitividade e rentabilidade. Enquanto as empresas não se consciencializarem desta necessidade as Recomendações da CMVM, por mais meritórias que sejam, continuarão com o seu sucesso comprometido.

Fernando Resina da Silva

Sócio da **Vieira de Almeida & Associados**

Membro da Comissão Instaladora do IberGovernance – Inst. Ibérico de Corporate Governance

Docente na Pós-graduação em Corporate Governance do ISEG